ISSN: 2358-8829

CARTOGRAFIAS AFETIVAS E AFROBETIZAÇÃO: O MARACATU NAÇÃO PÉ DE ELEFANTE COMO ESPAÇO DE PEDAGOGIA SOCIAL E ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Kelly Cristine Cordeiro[1]

1. INTRODUÇÃO

Falar em cartografar afetos em um texto a ser veiculado num livro oriundo de um congresso científico, pode soar paradoxal, porque afeto diz respeito à fluidez de sentidos e sentimentos, aqui mobilizados através de um espaço de socialização e produção cultural. O conceito de espaço, por sua vez, nos leva a pensar a cartografia não apenas em sua dimensão semântica, que tomo de empréstimo da geografia, a qual nos coloca diante do exercício epistêmico e visual de dar contornos e tentar tornar palpáveis os limites dos espaços a partir da construção gráfica de mapas. Um olhar mais geral levaria, portanto a pensá-la numa dimensão mais objetiva de uma inteligibilidade visual do espaço concebido a partir de escalas dimensionais. Mas, aqui o meu exercício é de subverter isso numa desejante busca no sentido de seguir os caminhos de uma pesquisa que engatinha e ao fazê-lo, se apresenta mais na sua face do desejo que na dos resultados, postulando partilhar com quem lê este texto um exercício de reflexão acerca dos sentidos das demandas sociais e educacionais que entrelaçam minha condição de docente e de aprendente inserida no universo do maracatu de baque virado em meio a urbanidade do centro de João Pessoa, capital da Paraíba. Dito isto, o presente artigo se coloca no desafio de dar a ler o papel do Maracatu Nação Pé de Elefante, na região do Varadouro, em João Pessoa, como um território de agência cultural e pedagógica.

Fundado em 2008 e reconhecido como Ponto de Cultura em 2014, o grupo de maracatu de baque virado Pé de Elefante transcende a performance artística para se consolidar como um espaço de desenvolvimento de uma pedagogia social, abrigada em uma rede cultural que se forja

[1] Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, mestra em Artes Visuais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UFRN, professora da rede básica de ensino dos Municípios de Cabedelo e João Pessoa – PB, tocadora de tambor no Maracatu de baque virado Pé de Elefante. professorakelly@seduc.cabedelo.pb.gov.br

a partir da transmissão de saberes ancestrais, ligados à Jurema Sagrada e ao Candomblé, que operam no enfrentamento ao racismo estrutural. Por óbvio, parto de uma perspectiva que toma o racismo como um problema que atravessa todas as camadas sociais e estrutura valores em nossa sociedade. A partir dessa perspectiva trago como instrumento de análise o conceito de afrobetização como um conceito que se coloca, no âmbito das relações sociais e, portanto, educativas, como instrumento de desenvolvimento de uma educação antirracista (Pinheiro, 2023).

Este artigo, construído a partir de uma tessitura que entrelaça os saberes de historiadores, artistas, arte-educadores e da própria comunidade, convida o leitor a uma imersão etnográfica. Não buscamos aqui a frieza da ciência cartesiana, mas sim um ato de "desobediência epistêmica" (MIGNOLO, 2008), uma escrita que se permite sentir, vibrar e decolonizar os sentidos. Nosso objetivo é demonstrar como a agência cultural do grupo dinamiza uma circularidade de saberes, promovendo o que chamamos de "afrobetização" — um processo educativo emancipatório e de enfrentamento direto ao racismo —, ao mesmo tempo em que traçamos reflexões sobre a plausibilidade desse campo empírico para uma futura pesquisa de doutoramento.

2. O tambor que ecoa no Varadouro

O Varadouro é um bairro na região central da cidade de João Pessoa, onde se desenvolveu o projeto colonial europeu no século XVI no território onde viviam os povos Potiguara e Tabajaras. Naquele território expropriado dos povos originários foi fundada em 1885 a cidade real de Nossa Senhora das Neves às margens do rio Sanhauá, onde se desenvolveu a navegação a partir do Porto do Capim. A partir dali se desenvolveu a economia colonial que foi ao longo dos anos moldando a cidade que hoje conhecemos como João Pessoa, a qual há muito, virou às costas para aquele território que vive um momento de abandono por parte do poder público, o que afasta à população e relega a região à condição de marginal sob todos os aspectos. É nessa condição de caminhar e viver às margens, que o Maracatu Pé de Elefante se instalou e ali desenvolve suas atividades sociais.

O caminhar pelas ruas do Centro Histórico de João Pessoa, na região do Varadouro é deparar-se com as marcas de um tempo itinerante que ora nos apresenta vestígio do passado, ora nos coloca diante da realidade do presente. É nesse cenário, transitando entre a arquitetura de outros tempos que guardam consigo memórias de lutas, exclusões e resistências da população pobre e negra de João Pessoa, onde a Associação Cultural Maracatu Nação Pé de Elefante se inscreve como gestante de futuros outros, nos quais crianças e adolescente que vivem na região, em sua maioria na comunidade do Porto do Capim, possam ter oportunidades de trilhar caminhos que as levem na direção contrária das exclusões sociais experimentadas no presente. Sua fundação em 2008, é fruto de uma iniciativa coletiva e sonhadora coordenada pelo Mestre Fernando Trajano.

ISSN: 2358-8829

O grupo nasceu com a vocação de ser muito mais do que um aglomerado de brincantes; nasceu para ser um território de reexistência. A qual se dá a se constituir como um espaço e instrumento educacional que orienta fazeres pedagógico através de suas oficinas que ao ensinarem a construir instrumentos, a tocá-los a jogar capoeira ensinam também à refletir sobre dimensões ligadas ao dia a dia de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social sob o atravessamento direto do racismo estrutural que experimentamos em nosso país, ensinando sobre essa realidade, ao mesmo tempo em que provocam o pensamento crítico e o incentivo ao posicionamento de resistência por parte dessas crianças e adolescentes. Trata-se de uma formação para uma cidadania ligada à reflexão histórica acerca da ancestralidade do povo negro, uma cidadania afrocentrada.

Em grande medida, a história da educação brasileira por muito tempo esteve enclausurada nos limites físicos e epistêmicos dos muros escolares, limitada a reproduzir lógicas eurocentradas que invisibilizam a riqueza dos saberes afro-brasileiros e indígenas. Contudo, ao olharmos para experiências como a do Pé de Elefante, somos convidados/as a uma leitura mais sensível e ampla do que significa educar. Em 2014, essa vocação socioeducativa foi institucionalizada quando a associação foi certificada como Ponto de Cultura, um marco que reconheceu formalmente aquilo que a comunidade já vivenciava na prática: o maracatu como um poderoso instrumento de pedagogia social.

3. Marco Teórico: Pedagogia social e desobediência epistêmica nos espaços não escolares

A pedagogia social, no contexto latino-americano, afasta-se de um viés meramente assistencialista para assumir uma postura crítica e emancipatória. Ela se debruça sobre os processos educativos que ocorrem fora da escola, reconhecendo a rua, o terreiro, a associação de bairro e a praça pública como legítimos espaços de produção e compartilhamento de conhecimento. Segundo Paulo Freire (1996), a educação não é um ato de depositar informações, mas de conscientização sobre o mundo. O Maracatu Nação Pé de Elefante materializa essa pedagogia libertadora por meio de suas oficinas de percussão, para as quais os instrumentos são confeccionados pelos/as próprios/as participantes, além das oficinas de capoeira, de dança e de costura.

Ao ofertar essas atividades, o mestre Fernando e os/as demais integrantes do grupo não estão apenas ensinando uma técnica; estão tecendo uma rede de proteção e valorização identitária. Nesse sentido, o fazer acadêmico que se aproxima dessa realidade não pode operar sob a lógica da extração. Assim, o percurso metodológico que tenho buscado seguir é de uma etnografia social, na qual meu eu pesquisadora, dialoga com minha condição de brincante e se deixa atravessar pelo ressoar dos caixas e o chacoalhar dos agbês. Para quem o tom profundo do toque dos tambores, não são lidos como mero objeto de estudo, mas como vozes de mestres ancestrais. Trata-se de

assumir um "olhar de encruzilhada" (RUFINO, 2019), que nos insta a interseccionar as relações de raça e classe a partir do agenciamento de saberes que são ritualizados no presente.

3. A Afrobetização como ferramenta de enfrentamento ao racismo

Um dos conceitos mais potentes que emergem da vivência com o Maracatu Pé de Elefante é o de "afrobetização". O termo subverte a ideia tradicional de alfabetização, que muitas vezes serviu como ferramenta de homogeneização cultural, para propor um letramento focado na ancestralidade, na estética, na história e na filosofia de matriz africana e indígena.

Partindo da premissa de que o racismo estrutural no Brasil atua, historicamente, invisibilizando as referências positivas acerca da população negra, tenho olhado para as atividades do grupo como um caminhar na contra mão dessa escuridão.

Considero que a cada ensaio, a cada oficina de corte e costura, na qual são confeccionadas as indumentárias que, cheias de cores e brilhos, celebram a ancestralidade inscrita na tradição dos orixás do Candomblé e dos mestres e mestras da Jurema Sagrada e a cada toque no couro do tambor, o Pé de Elefante promove uma reeducação das relações raciais. A potência pedagógica do grupo está a serviço da divulgação e valorização desses elementos, atuando como um guardião da ancestralidade negra no espaço urbano do Centro Histórico de João Pessoa.

A afrobetização é tanto uma experiência epistêmica quanto corporal. A ancestralidade é uma história narrada através dos toques, dos cantos e dos rituais antes dos ensaios, que dão a conhecer, através da manutenção de uma tradição oral, identidades ancestrais que atravessam a vida dos/as participantes, tanto nas atividades com as pessoas adultas quanto nas atividades realizadas com as crianças e adolescentes da comunidade do Porto do Capim. É corporal também na medida em que, o toque a as danças lhes atravessam os sentidos e dizem da tradição ancestral, como eco das histórias transmitidas oralmente, fortalecendo o sentimento de comunidade entre as pessoas envolvidas e entrelaçadas ao grupo. Os/as adolescentes e crianças da comunidade, ao aprenderem a cadência do gonguê, é lhes dado a compreender que aquele ritmo que carrega a história de reis e rainhas negros, de lutas quilombolas e de resistência, carrega também histórias que são suas.

4. Cartografias afetivas: a diálogo entre o urbano e o rural através da pedagogia da Jurema Sagrada

O espaço urbano e o rural são frequentemente lidos como opostos irreconciliáveis na sociologia clássica. No entanto, a agência cultural do Maracatu Nação Pé de Elefante desconstrói essa dicotomia por meio de suas "cartografias afetivas". O grupo articula um diálogo profundo

ISSN: 2358-8829

entre a vida urbana, que se desenvolve e pulsa no entorno da Associação no Varadouro, e a vida rural e de mata que margeia João Pessoa.

Esse elo é tecido, fundamentalmente, pela espiritualidade. O grupo está intimamente ligado à Jurema Sagrada, que representa um complexo sistema místico-religioso de matriz afro-indígena profundamente enraizado na região Nordeste do Brasil. Historicamente, ela se estrutura a partir da consagração da árvore da Jurema, considerada sagrada por diversas etnias indígenas nordestinas, como os Potiguara, Kiriri e Fulni-ô, e consolida-se através de um intenso sincretismo com o Candomblé, a Umbanda e o catolicismo popular. O culto se articula em torno da pajelança, do uso ritual de ervas para cura e defumação, e da invocação de entidades espirituais conhecidas como "encantados", que se dividem notadamente entre caboclos/as (espíritos indígenas) e mestres/as (espíritos de homens e mulheres negras, conhecidos como juremeiros/as, curandeiros/as e benzedores/as que alcançaram a iluminação na ciência da Jurema).

A ligação do grupo com a prática religiosa estabelece uma ponte entre o universo urbano e o rural à medida que é na zona rural do município de Alhandra, localizada no litoral sul da Paraíba que situa o terreiro no qual os/as brincantes do maracatu participam dos rituais sagrados da Jurema. É importante ainda pontuar que Alhandra é referenciada pela memória popular como "berço mundial da Jurema Sagrada". O que não é consenso entre pesquisadores/as das áreas da antropologia e da sociologia. Por outro lado, o pesquisador Francisco de Sales de Lima Segundo (2015), em sua dissertação *Memória e Tradição da Ciência da Jurema em Alhandra (PB): a cidade da mestra Jardecilha*, demonstra como o município, em especial áreas de mata como o Sítio do Acais, abrigou os mais expressivos mestres e juremeiros do passado. Foi em Alhandra que a Jurema se consolidou como uma instituição religiosa complexa e de onde seus saberes se irradiaram pelo país. Além disso, o pesquisador Deyvson Barreto Simões da Silva (2019) destaca Alhandra como um polo de resistência cultural, onde os "atos pedagógicos performáticos" da Jurema operam como um enfrentamento direto ao racismo religioso e epistêmico, os quais representam uma ruptura radical com a forma ocidental e eurocentrada de se produzir e transmitir conhecimento. Na Jurema, o saber não está confinado a textos escritos, dogmas catalogados ou instituições formais de ensino. A sala de aula é o terreiro, a mata e o chão batido; e o livro é o próprio corpo. A performance, que é uma referência ao entrelaçamento entre o transe (a incorporação), o canto (as "linhas" ou "toadas"), o toque do maracá, o uso do cachimbo e a manipulação das ervas, não é apenas uma liturgia religiosa, mas uma linguagem epistêmica. É através do ato de realizar o ritual que a botânica, a história da resistência indígena e negra e a ética comunitária são ensinadas e fixadas na memória.

Esse entrelaçamento se inscreve como um enfrentamento direto ao racismo epistêmico que esteve sempre atrelado ao projeto colonial que se ocupou de invalidar as matrizes de

ISSN: 2358-8829

pensamento afro-indígenas, invisibilizando e invalidando a espiritualidade dessas pessoas, que passa a ser identificada como uma fé menor, uma crendice que não possui sustentação na realidade, uma "crendice", "folclore", "bruxaria" ou "animismo", enquanto reservava o status de verdade e "ciência" exclusivamente aos saberes europeus, cartesianos e letrados.

Quando os juremeiros e juremeiras reivindicam sua prática como a "Ciência da Jurema" ou "Jurema de Mesa", eles estão executando um ato de subversão. O ato performático do Mestre ou Caboclo incorporado que receita uma cura com raízes, reconta a história da fundação daquele território ou orienta a comunidade, é na prática, o exercício de uma ciência complexa que resistiu à margem do letramento oficial.

Simultaneamente, essa pedagogia performática desarticula o racismo religioso. A Jurema e seus praticantes foram alvos seculares de perseguição policial e demonização pelas religiões hegemônicas. Ao performar o rito publicamente ou mantê-lo vivo nos santuários de mata, os juremeiros re-sacralizam entidades, corpos e práticas que o Estado tentou criminalizar. O corpo negro e indígena, muitas vezes lido pela estrutura racista como subalterno, transfigura-se durante o rito no corpo do Mestre, do curador, do Rei e da Rainha da Jurema. A performance educa a própria comunidade a olhar para sua negritude e indianidade, não pela lente da escravidão ou do extermínio, mas pela lente da realeza, da sabedoria e do poder.

Em cada apresentação que sai em cortejo pelo asfalto do centro histórico de João Pessoa, o grupo leva consigo o símbolo e a tradição da defumação das ervas sagradas, do encanto e da força dos caboclos, pretos velhos e orixás.

Esses cortejos de batuque e danças se inscrevem como uma textualidade nos corpos que carregam consigo o discurso e a retórica de uma tradição ancestral que assevera os termos da memória das pessoas escravizadas, que juntamente com os povos originários da terra ergueram os termos dessa nação com seu trabalho, seu suor e seu sangue. Ao se inscreverem no espaço urbano, esses sujeitos que performam a memória das tradições ancestrais, carregam consigo a retórica de uma pedagogia cultural afrocentrada que se inscreve no espaço urbano. A "Pedagogia da Jurema Sagrada" ensina o respeito à natureza, a circularidade do tempo (onde o passado se presentifica como forma de agência) e a importância do senso comunitário. A ancestralidade, nesse contexto, ao se materializar na corporeidade desses sujeitos é um artefato de memória, não no sentido de um artefato museal, mas como uma força política que se inscreve na dimensão da resistência cultural da população afro-brasileira e indígena.

É, nesse sentido que o Maracatu Pé de Elefante, através de uma cartografia afetiva, desconstrói a dicotomia entre o urbano (o asfalto do Centro Histórico de João Pessoa) e o rural (o espaço de práticas da Jurema Sagrada). Esse elo invisível é a própria essência de Alhandra. A força dos caboclos e mestres que nasceram nas matas do interior paraibano é transportada para o espaço urbano através da corporeidade, dos toques de tambor e do cheiro da defumação. É a

floresta ocupando a cidade. Curiosamente e de forma orgânica à realidade local, a Associação Maracatu Nação Pé de Elefante é uma das instituições que frequentemente apoiam os Encontros Nacionais de Juremeiros sediados no município, comprovando que a teoria das cartografias afetivas é uma prática vívida e contínua.

6. Considerações Finais

O Maracatu Nação Pé de Elefante, com suas cores, sons e lutas, é um testamento vivo da força criativa e resistente do povo negro e indígena da Paraíba. Ao assumir o papel de Ponto de Cultura, o grupo não apenas preserva uma prática cultural, mas a ressignifica como um instrumento pedagógico e político contra as injustiças sociais.

A experiência etnográfica e afetiva junto a essa comunidade revela que a verdadeira educação antirracista requer corpos em movimento, tambores afinados e corações dispostos a desaprender as hierarquias coloniais. Problematizar essa realidade não é apenas um exercício acadêmico plausível, mas uma responsabilidade ética de quem deseja construir uma ciência comprometida com a transformação social e com a vida que pulsa para além dos muros universitários.

Nesse sentido, para mim fica a questão que ora partilho: como o Maracatu se estabelece como espaço agenciador de uma pedagogia social que se constrói em função de um processo de afrobetização, atuando como instrumento de enfrentamento ao racismo e guardião de ancestralidade no espaço urbano do centro histórico de João Pessoa? A hipótese a ser verificada é de que os pontos de cultura de matriz africana operam epistemologias próprias que suprem as lacunas deixadas pela educação formal no que tange à Lei 10.639/03, constituindo verdadeiros currículos vivos de descolonização.

Referências

ASSIS, Dayane N. Conceição de. Interseccionalidades. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

ASSUNÇÃO, Luiz. O Reino dos Mestres: a tradição da Jurema na Umbanda nordestina. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MONTEIRO, Deborah. **Educação antirracista e decolonial no chão da escola**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SEGUNDO, Francisco de Sales de Lima. **Memória e Tradição da Ciência da Jurema em Alhandra (PB)**: a cidade da mestra Jardecilha. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015

SILVA, Deyvson Barreto Simões da. **A Jurema Sagrada: religião ancestral indígena do Nordeste do Brasil no enfrentamento ao Racismo Religioso e Epistêmico**. In: XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología,Lima, 2019.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad**. Signo y Pensamiento, Bogotá, v. 24, n. 46, p. 39-50, 2005.